



O DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES CELEBROU-SE EM ÉVORA

No dia 27 de Maio a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) celebrou em Évora, no Palácio de D. Manuel, o seu 99º Aniversário. Dia em que se deram início às Comemorações do Centenário.



UM SÉCULO DE PORTUGAL
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

SUMÁRIO

.02

VOZ
DOS PRESIDENTES

.04

CONSELHO NACIONAL

.05

CAPACITAÇÃO

.09

CNAP – INFORMAÇÃO

.11

PROBLEMAS
COM SOLUÇÕES

.12

ATIVIDADES
DAS ESTRUTURAS

.14

ACTIVIDADES
DAS FILIADAS

.16

SOCIEDADE

.18

QUOTIZAÇÃO



EDITORIAL

JOÃO BERNARDINO
Presidente da Direção

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA RECREIO E DESPORTO

CEM ANOS AO SERVIÇO DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

Iniciámos em Évora no passado dia 27 de Maio com a sessão solene do Dia Nacional das Coletividades e no dia 31 com a inauguração da exposição dos 100 anos na nossa sede em Lisboa, as comemorações do centenário da Confederação e que irão decorrer durante um ano com um ambicioso programa que encerrará em Maio de 2024 com o Congresso do centenário.

Pretende a Direção da Confederação que este período comemorativo não seja apenas um marco recordatório que só por si já era importante. Queremos que as comemorações sejam uma oportunidade de reflexão. Um momento de debate, análise e reforço orgânico de toda a nossa estrutura. Uma ocasião importante de crescermos em número de Coletividades associadas, no alargamento e qualificação do nosso trabalho e em particular dos nossos Dirigentes, em estreita articulação com todas as Federações Distritais, Associações Concelhias e Coletividades ELO. Queremos ainda que seja uma oportunidade de criarmos mais Estruturas em concelhos e Distritos onde ainda não existam.

O programa do nosso centenário têm um leque muito alargado de iniciativas, como já divulgámos, pretendendo abranger o máximo de regiões do Continente e Ilhas e em todas as nossas áreas de intervenção como seja a música, o folclore, o desporto, o recreio, a dança, o teatro entre outras.

Nesse sentido deixamos um apelo a todas as Estruturas, e Coletividades, confederadas ou não, a fazerem pelo menos uma iniciativa de comemoração do centenário ou referenciar com significado em iniciativas já programadas, o exemplo, o historical e o valor dos 100 anos da nossa Confederação.

Pretendemos ainda neste período relembrar ao Governo que têm uma oportunidade de reconhecer a importância do Associativismo Popular e corresponder ao essencial das proposta que repetidamente temos feito, mas até ao momento sem solução, como sejam entre outras:

- A revisão do Estatuto do Dirigente Associativo;
- A revisão do Estatuto Fiscal das entidades da economia social, a que ficou vinculado na lei de bases, aprovada na A.R. há 10 nos por unanimidade;
- A alteração do limite de isenção de IRC de 7 500,00 Euros para pelo menos 30 mil Euros;
- Corresponder às proposta sobre Medidas de Auto Proteção que fizemos em devido tempo.

E um conjunto muito largo de outras medidas necessárias e indispensáveis face ao trabalho e dedicação de milhares de Associações e Dirigentes benévolos que todos os dias fazem serviço público.

Os nossos anseios. As ambições que temos e o sonho de um País melhor, fazem com que os desafios que temos pela frente sejam encarados com fundadas razões de confiança a bem do Associativismo e do nosso Povo.

FICHA
TÉCNICA



ELO ASSOCIATIVO . PROPRIEDADE: CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
Rua da Palma, 248, 1100-394 Lisboa | T. 218 882 619 / 916 841 315 . F. 218 882 866 . E. geral@cpccrd.pt
www.facebook.com/confeder | acao.colectividades | www.confederacaoportugues | acolectividades.blogspot.com | www.cpccrd.pt

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.



FRANCISCO BARBOSA DA COSTA, DR.
Presidente da Mesa do Congresso



PAULA MARQUES, DR.
Presidente do Conselho Fiscal

ELO ASSOCIATIVO

“ Cabe-nos a nós, ativistas associativos, dar o melhor contributo e exemplo para que quem tem responsabilidades decisivas, no Governo do País e das comunidades, faça o que deve. ”

Estamos a viver um tempo político e social um pouco diferente do que era espectável.

Na verdade, existindo uma maioria política, aparentemente estável, pelo número de deputados que a suportam era suposto acontecer que houvesse mais estabilidade governativa, o que não está a acontecer com todos os problemas que se vão sucedendo a um ritmo preocupante.

Não quer dizer que deva haver unanimismo na base de apoio do Governo. Todavia, os problemas no Governo e no partido que o apoia têm-se multiplicado, de forma preocupante, no seu seio.

Na sequência desta realidade, as outras forças políticas e a realidade social ressentem-se desta situação.

Não pretendo insinuar que não haja debate responsável na vida político-social, mas desejo que haja uma maior reflexão nos decisores políticos para haver estabilidade governativa, o que, em boa verdade, não está a verificar-se.

Com este panorama, importa que o movimento associativo tenha um papel responsável e interventor, ajudando a criar a desejável paz política e social para defesa dos interesses das comunidades.

É isso que desejamos e a que nos propomos colaborar no contexto nacional e local.

Todavia, importa que cada um, no âmbito das suas competências, faça o melhor que puder e souber, no respeito pela Lei, pela Moral e com o desejável bom senso que parece arredo do atual momento político e social.

Cabe-nos a nós, ativistas associativos, dar o melhor contributo e exemplo para que quem tem responsabilidades decisivas, no Governo do País e das comunidades, faça o que deve.

Esperemos que o mau tempo que paira na sociedade se desvaneça para bem de Portugal.

AS FÉRIAS

“ O movimento associativo pode enriquecer as férias das pessoas, oferecendo oportunidades de participação em atividades de interesse. ”

As férias são um período de descanso e lazer para muitas pessoas, e o movimento associativo pode desempenhar um papel importante nesse contexto.

Durante as férias, muitas pessoas aproveitam para participar de atividades oferecidas por associações, clubes desportivos, grupos de voluntariado, entre outros.

O movimento associativo também pode desempenhar um papel na promoção do turismo e desenvolvimento local durante as férias, como é o caso de associações que organizam eventos ou festivais para atrair visitantes para uma determinada região, promovendo o comércio local e a economia da área.

Além disso, muitas associações oferecem programas de voluntariado durante as férias, dando aos participantes a oportunidade de contribuir para causas sociais e ambientais.

Em resumo, o movimento associativo pode enriquecer as férias das pessoas, oferecendo oportunidades de participação em atividades de interesse, desenvolvimento pessoal, interação social e contribuição para a comunidade.

É uma forma de aproveitar esse período de descanso de maneira significativa e gratificante.

Boas férias e participem sempre que puderem.



SÉRGIO PRATAS

Presidente do Conselho Jurisdicional

“É normal que o Conselho Jurisdicional (e a sua atividade) sejam menos conhecidos. Pela natureza das suas competências. E também por ser um órgão novo.”

SOBRE O CONSELHO JURISDICIONAL

1. As coletividades estão vinculadas a prestar contas da sua atividade. Trata-se de obrigação inscrita, expressamente, no Código Civil – e que é cumprida na generalidade dos casos.

Mas será que todos os dirigentes encaram a prestação de contas da mesma forma? E como é que a encaram os associados? Será que a prestação de contas é uniforme em todas as coletividades?

Estas perguntas remetem-nos para a questão da avaliação do desempenho nas associações.

O desempenho deste tipo organizacional pode ser analisado ao abrigo de diferentes critérios. Os mais comuns são: a) o da eficácia (verificar se os objetivos traçados foram ou não cumpridos); b) e o da eficiência (verificar se os objetivos foram alcançados com mais ou menos recursos). A maioria das associações fica-se por aí.

É possível, todavia, ir mais longe. Possível e desejável. A atividade e o desempenho das nossas coletividades devem ser apreciados, também, ao abrigo de dois outros critérios: o do respeito pelos princípios orientadores do governo das associações, inscritos na Lei de Bases da Economia Social; e o do seu impacto socioeconómico. Pode-se ser muito eficaz e eficiente, mas se a atividade desenvolvida tiver pouco impacto nas comunidades, ou se violar valores fundamentais do associativismo, então não podemos ficar totalmente satisfeitos.

2. Com a última alteração estatutária, a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) passou a ter um novo órgão: o Conselho Jurisdicional.

O Conselho Jurisdicional é composto por um Presidente, um Secretário e um Relator e “tem por missão valorizar e promover os princípios fundamentais do Movimento Associativo

Popular” (artigos 29.º e 30.º dos Estatutos da CPCCRD). A sua missão está, assim, intimamente ligada a um dos critérios acima referidos: o do respeito pelos princípios e valores do governo das associações (e do associativismo popular).

Para o efeito, são-lhe atribuídas várias competências:

- Emitir pareceres sobre o Regulamento Geral Interno, interpretar e propor a resolução de casos omissos;
- Analisar, a pedido da Direção, pedidos de filiação;
- Promover a prática da ética associativa junto de todos os membros dos órgãos sociais, prevenir e corrigir desvios;
- Elaborar pareceres que lhe sejam solicitados por qualquer um dos órgãos da CPCCRD;
- Mediar conflitos institucionais e de competências entre órgãos sociais e estruturas (ver artigo 30.º dos Estatutos).

3. Neste quadro, e tendo como referência apenas os anos de 2022 e 2023, cumpre informar que, até ao momento, o Conselho Jurisdicional emitiu parecer relativamente a cinco pedidos concretos da Direção; emitiu parecer sobre o projeto de Regulamento Geral Interno da CPCCRD; e apresentou uma proposta de atuação no âmbito do envelhecimento ativo e saudável (uma medida de política pública, a apresentar ao Governo).

É normal que o Conselho Jurisdicional (e a sua atividade) sejam menos conhecidos. Pela natureza das suas competências. E também por ser um órgão novo.

Por esse facto, o presente espaço no Elo Associativo será utilizado, daqui por diante, para dar a conhecer as decisões do Conselho Jurisdicional (mais do que para refletir sobre temas gerais do associativismo popular). E será assinado, rotativamente, por todos os seus membros.

Esperamos, dessa forma, contribuir para a promoção dos princípios e valores fundamentais do associativismo popular.



CONSELHO NACIONAL

O Conselho Nacional reuniu no dia 25 de Março na sede da Confederação. Para além da acta produzida pela mesa do Conselho, o ELO acha importante divulgar um apontamento sobre este relevante acontecimento da vida Movimento Associativo.

A mesa foi presidida pelo António Amaral e o primeiro ponto da ordem de trabalhos foi o Relatório de Actividades e Contas. A cargo do Secretário da Direcção, Joaquim Escoval, o mesmo mencionou que o ano de 2022 foi marcado por dois assuntos: a realização de dois Congressos e pelo Projecto POISE.

Um Congresso Eleitoral e, outro anterior, do qual resultaram alterações estatutárias significativas, o aumento do número de dirigentes na composição dos seus órgãos sociais e a criação de um novo órgão, o Conselho Jurisdicional. Os novos estatutos dotaram também as estruturas de um maior grau de responsabilidade na sua actividade regular e aprofundaram o exercício de participação, das estruturas e das filiadas.

O Projecto POISE continua a ter um forte impacto na organização e no funcionamento da nossa Confederação. Para além dos benefícios que trouxe, da maior abrangência de acção da Confederação

e da qualidade do serviço prestado, passou igualmente a exigir uma maior carga burocrática e um grau de exigência menos compaginável com instituições altruístas, sem fins lucrativos, como é o caso da CPCCRD. Tais características de funcionamento colocaram sob pressão permanente a tesouraria da CPCCRD fazendo com que a Direcção Nacional tivesse de recorrer junto do Montepio Geral à reestruturação do financiamento bancário, tendo ainda inclusive recorrido ao apoio solidário junto de outras instituições e estruturas descentralizadas para garantir o cumprimento dos seus compromissos, junto de fornecedores e funcionários. Nunca será demasiado o agradecimento desta solidariedade.

Joaquim Escoval destacou ainda que, apesar das dificuldades mencionadas, foi possível no final do ano de 2022 atender a todos os principais compromissos e a retoma de uma grande actividade da CPCCRD e dos seus Gabinetes. Quanto aos projectos que constavam no plano de actividades de 2022 e que não foram concretizados, irão transitar para o ano de 2023.

Este ponto naturalmente suscitou diversas intervenções, uma discussão que ajudou a esclarecer a actual actividade,

o contexto do seu rumo, e ao entrosamento das dificuldades e perspectivas.

Outro assunto primordial da ordem de trabalhos teve que ver com a implementação de um Regimento de Funcionamento do Conselho Nacional que "visa a clarificação no funcionamento do Conselho Nacional (CN) e estimular a presença e participação dos dirigentes associativos". Previsto e trabalhado entre a Mesa e a Direcção o documento foi apresentado pelo Vice-Presidente da Direcção, Vítor Carapinha. O Conselho Nacional é "o órgão deliberativo da CPCCRD entre Congressos, nele sendo definidas as orientações e as formas de concretização das suas competências e das políticas associativas constantes do Plano de Acção para o mandato ou, ocasionalmente, por outros Órgãos Sociais da Confederação". Composto por 51 membros eleitos em Congresso, por inerência de cargo pelos membros da Mesa do Congresso e, na nova redacção, pelos presidentes de Direcção das Estruturas Regionais, Distritais e Concelhias, com iguais direitos.

Faz parte também do dia em que o Conselho Nacional reúne, os dirigentes aproveitarem inevitavelmente o dia para um fraternal convívio associativo. Foi o que foi feito.



O DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES CELEBROU-SE EM ÉVORA

No dia 27 de Maio a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) celebrou em Évora, no Palácio de D. Manuel, o seu 99º Aniversário. Dia em que se deram início às Comemorações do Centenário.

Com um programa de dia inteiro, dezenas de entidades representadas estiveram presentes pela manhã no lançamento da Revista Análise Associativa nº10 dedicada ao Associativismo Popular e Democracia Cultural. Revista estruturante para a compreensão do Movimento Associativo Popular, não só fez a análise como lançou propostas para linhas de intervenção. A digníssima mesa foi composta pelo moderador, Presidente do Conselho Jurisdicional da CPCCRD e antigo Director da revista, Sérgio Prates, pela actual Directora da revista e membro da Direcção da CPCCRD, Sara Fernandes, pelo Coordenador Científico do Observatório do Associativismo Popular, Pro-

fessor Nuno Nunes, pelo Director do Observatório Português das Actividades Culturais, Professor José Neves, e pelo Director do Centro Dramático de Évora

(Cendrev), José Russo. Foram abordadas as diferenças de entendimento quanto ao tema e as formas de articulação do Estado com o MAP. O debate partiu





da Constituição da República Portuguesa, onde se perspectiva a democratização da cultura, o acesso às grandes obras institucionais, e o conceito de democracia cultural (não explícito) onde reside a valorização de todas as expressões da cultura. Com as teses de que não haverá democracia cultural sem o MAP, de que o desenvolvimento da sociedade e da democracia constroem-se na prática, situou-se o debate sobre o reconhecimento do espaço em que intervém o MAP e as condições necessárias para melhor intervir. E colocaram-se como propostas de recomendação ao poder legislativo e governativo a criação de um Plano Estratégico para o MAP ou de uma Lei de Bases do Associativismo. Recomendamos vivamente a sua leitura.

Noutro painel do programa, foi abordada a sustentabilidade do MAP e a capacitação dos seus dirigentes, pontos chave do programa POISE, programa que chegando ao fim de ciclo, mereceu uma reflexão alargada para os desafios que se seguem. Procurou-se e consolidar as finalidades e os objectivos e traçar o caminho a seguir. Já com a mesa da Sessão Solene composta, presidida por Joaquim Fernandes, a Isabel Graça da Mesa da Assembleia e o Presidente da Direcção da CPCCRD, João Bernardino, foi a este que coube a abertura deste debate, fazendo um pouco de história e relatando as actividades. Para o Presidente o programa significou e pode significar

■ **DISTINÇÃO ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 2023 ATRIBUÍDA À RÁDIO HORIZONTE FM**



■ **DISTINÇÃO PARCEIRO DO ANO 2023 ATRIBUÍDA À CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA**



■ **GALARDÃO INSTRUÇÃO E ARTE ATRIBUÍDO A AGUSTO MÁXIMO FLOR**



■ **GALARDÃO RECONHECIMENTO E HOMENAGEM A TÍTULO PÓSTUMO ATRIBUÍDO A VÍTOR MANUEL LOPES GONÇALVES RECEBEU A VIÚVA D. ODETE GONÇALVES**



■ **GALARDÃO RECONHECIMENTO E HOMENAGEM ATRIBUÍDO A CARLOS DOMINGUES FRANCO**



ir mais além nas tarefas e no seu alcance para benefício das associadas. As nossas exigências perante o POISE têm que se basear na perspectiva de uma melhor intervenção da CPCCRD e de capacidade das filiadas na prossecução das suas actividades.

Com a intervenção solene do Dia das Colectividades o Presidente da Direcção prosseguiu, a propósito do centenário da CPCCRD, com a ideia de que a decisão da sua constituição não foi uma decisão por impulso. A demonstração de que estariam certos na sua opção, são os cem anos de um honroso percurso de bem-fazer e de saber-fazer. Um século de Portugal atravessado por inúmeros acontecimentos, muitos com ventos adversos como ainda hoje sopram, onde o MAP persiste com os seus valores actualizados de democracia, solidariedade e cooperação popular. Obra que não é acabada, que se reinventa a cada contexto e batalha, por uma associação entre os homens mais justa socialmente. Em seguida a Laurinda Figueiras da Direcção da CPCCRD presenteou a sala com uns tópicos sobre o programa e linhas de trabalho para as Comemorações do Centenário da Confederação.

O dia ficou também marcado por dois momentos culturais: um com a música do grupo eborense "Vozes do Imaginário", e outro com a interpretação de poesia dita pelo actor Ivo Luz. Acto público sempre aguardado é a entrega de distinções e galardões. Este ano a CPCCRD entregou duas Distinções: para Órgão de Comunicação Social 2023, a Rádio Horizonte FM; e para Parceiro do Ano 2023, a Câmara Municipal de Évora. Sobre os Galardões entregues, para Valor e Exemplo, a Joaquim Macau da Glória Patrício, à Casa do Concelho de Arcos de Valdevez e à Sociedade Operária de Instrução e Recreio. Para Reconhecimento e Homenagem, a Vítor Manuel Lopes Gonçalves (a título póstumo) e a Carlos Domingues Franco. O galardão máximo, Instrução e Arte, foi atribuído a Augusto Máximo Flor. A todos, A CPCCRD prestou as devidas fundamentação e o seu mais elevado reconhecimento.

O encerramento da sessão comemorativa foi anunciado pelo Presidente da Mesa, Joaquim Fernandes, e em se-



■ GALARDÃO
VALOR E EXEMPLO
ATRIBUÍDO
A JOAQUIM MACAU
DA GLÓRIA PATRÍCIO



■ GALARDÃO VALOR
E EXEMPLO
ATRIBUÍDO À CASA
DO CONCELHO
DE ARCOS
DE VALDEVEZ



■ GALARDÃO
VALOR E EXEMPLO
ATRIBUÍDO
À SOCIEDADE
OPERÁRIA
DE INSTRUÇÃO
E RECREIO JOAQUIM
ANTÓNIO DE AGUIAR



■ INTERVENÇÃO
DO PRESIDENTE
DA CÂMARA
MUNICIPAL
DE ÉVORA

guida tocaram os Hinos da Confederação, "Ideal Associativo", e o Hino Nacional, "A Portuguesa". A celebração do Dia Nacional das Colectividades, foi promovida pela Direcção da CPCCRD e pelo Gabinete Sul, e concretizado com o en-

volvimento da Câmara Municipal de Évora a quem agradecemos a hospitalidade e a dignidade dada a este nosso dia, bem como a honra da presença do Presidente da Câmara Municipal de Évora, Professor Carlos Pinto de Sá.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Apresentação do Logótipo comemorativo do Centenário da CPCCRD e inauguração da Exposição alusiva aos 100 anos de Actividade Associativa.



de vida e de luta, a 31 de Maio de 2024, pelo que damos início às comemorações nacionais em Maio de 2023 com esta Exposição. Tendo atravessado três regimes políticos graças a gerações de homens e mulheres dedicados a uma causa que contribuiu para que o Povo português tivesse acesso à cultura, recreio e desporto faremos do próximo ano um marco inesquecível. Foram centenas de acontecimentos e milhares de actividades marcantes que responderam a cada desafio em cada momento, assumindo a responsabilidade de ser a única instituição representativa de todo o associativismo popular de cultura, recreio e desporto. Aqui fica uma breve selecção para melhor se conhecer e compreender a importância da nossa Confederação que assume desde sempre os valores humanistas, solidários e transformadores da sociedade e que tem confiança na sua acção e nos Dirigentes para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária."

A Exposição está composta por 11 painéis, por ordem do primeiro para o último com os seguintes temas: "Um século de Portugal"; "Contexto político e social"; "Resistência e coragem"; "Grandes obstáculos ao Associativismo"; "Associativismo e 25 de Abril sempre"; "Confiança e valorização"; "Democracia e mudança"; "Participação e identidade"; "Tradição e inovação"; "Coesão e solidariedade"; "Visão e futuro".

Foram feitos diversos exemplares da Exposição para que seja possível a sua apresentação até Maio de 2024, ao longo das comemorações, um pouco por todo o país. O Presidente da Direcção desafiou as filiadas para requisitarem a Exposição.

Com o lançamento e apresentação do Logótipo para as comemorações do centenário foi feito um novo repto: que todas as Associações, filiadas e não-filiadas, comemorem o centenário com uma iniciativa, projectada com esse único propósito, incorporando a efeméride em actividades previamente definidas, ou mencionado-a em informação própria.

O acto público realizou-se na sede da CPCCRD com uma sala cheia de dirigentes das estruturas, de filiadas e representantes de famílias sociais. Celebrar o Dia Nacional das Colectividades, reconhecendo e valorizando o Movimento Associativo Popular, foi um dever cumprido entre pares.

Um século de Portugal em prol da Associação Popular. Face aos problemas comuns do Associativismo souberam os dirigentes não perder o azimute, passando por tempos muito adversos. Como disse o Presidente da CPCCRD João Bernardino, "está demonstrado que não foi por mero impulso que decidiram formar uma estrutura comum", referindo-se ao Congresso da Federação Distrital das Sociedades de Educação e Recreio, que decorreu entre os dias 31 de

Maio e 3 de Junho de 1924. Ressaltou, ainda, como "uma das mais belas lições desta história popular, os valores e os princípios que sempre nortearam a prática do Associativismo Popular: alcançar a liberdade pela solidariedade e a cooperação, pela democracia."

A Exposição alusiva aos 100 anos de Actividade Associativa foi apresentada pelo Augusto Flor, elemento do grupo de trabalho constituído, para o efeito, conjuntamente com Artur Martins e Joaquim Escoval. Um trabalho árduo e pleno de responsabilidade cuja síntese em painéis permite uma viagem na história de uma estrutura popular, também ela composta por dirigentes voluntários, benévolo, activistas e eleitos.

No primeiro painel pode-se ler: "A nossa Confederação completa 100 anos



VICTOR CARAPINHA
Vice-Presidente da Direcção

“ Para garantir, de certo modo, a sua sustentabilidade financeira, muitas colectividades abrem secções desportivas, mesmo sem que inicialmente houvesse procura social na modalidade, porque só assim se poderiam candidatar a subsídios autárquicos. ”

PEÇO A PALAVRA (1)

Hoje peço a palavra para falar de Recreio, a mais emblemática palavra associativa que, na Confederação das Colectividades, se apresenta orgulhosamente ladoada pela Cultura, à esquerda, e pelo Desporto, à direita.

Os dicionários não nos ajudam a perceber o real significado de Recreio e muito menos a ideia ou o conceito que encerra, ficando-se pelas definições redutoras de divertimento, passatempo, e pouco mais.

Na realidade, o significado de Recreio inclui movimento ou repouso, acção ou inacção. As actividades lúdicas são consideradas Recreio, mas Recreio pode ser também a imobilidade da meditação ou da contemplação

Como acontecia na escola primária, Recreio é um intervalo, uma paragem em que se interrompem as aulas para descanso, jogos ou brincadeiras.

O Recreio, em qualquer das formas com que se apresenta, é o momento em que se restauram as forças do corpo e da alma que permitem ao homem continuar a vida e participar na transformação social, como ser criador que é.

Por conseguinte, como bem disse o filósofo Agostinho da Silva, as Colectividades de Recreio teriam por principal missão proporcionar aos seus associados uma actividade recreativa conducente a despertar e melhorar as potencialidades criadoras que estão na essência de todos os homens.

O Recreio, a seguir à Solidariedade Comunitária, à actividade musical filarmónica e à Instrução, faz parte do código genético do MAP, sendo durante dezenas de anos a sua principal componente associativa, com profunda ligação à fruição cultural, ainda antes da Cultura estar catalogada e obter a devida emancipação social. Neste período as colectividades eram, na sua maioria, Sociedades Recreativas, cujas práticas incluíam os tradicionais bailes de aniversário e de passagem de ano, os jogos sociais e de mesa, as artes de palco, aqui se incluindo as designadas artes cénicas ou performativas, saraus de poesia, entre outras.

Com toda a naturalidade, a Cultura foi ganhando identi-

dade e espaço próprio, a ponto de, a partir de certa altura, o Recreio passar para segundo lugar na denominação das associações. Com o decorrer do tempo, o papel secundário do Recreio tornou-se mais evidente quando a maioria das colectividades passou a classificar as actividades tradicionais de lazer e recreação como sendo da área cultural. Só assim se poderiam candidatar a apoios das autarquias. Aliás, o exemplo vem precisamente das autarquias, quando passaram a intitular de cultura o que não passa de uma simples prática recreativa.

Depois veio o Desporto que trouxe consigo a competição. E à medida que a competição ia ganhando volume, o desporto de recreação foi ficando cada vez mais afastado dos planos de actividades das associações populares. Para garantir, de certo modo, a sua sustentabilidade financeira, muitas colectividades abrem secções desportivas, mesmo sem que inicialmente houvesse procura social na modalidade, porque só assim se poderiam candidatar a subsídios autárquicos, sejam em contratos-programa ou em projectos específicos, ditos de apoio ao desenvolvimento desportivo.

E, também por esta via, o Recreio perdeu o lugar principal que já teve entre os associados. Muitas vezes com o consequente abandono de largas camadas da sua base de apoio. Em contrapartida, as associações passaram a acolher os pais dos jovens atletas que, durante o tempo de inscrição dos seus filhos, por lá andaram. Depois, claro, foram-se embora, sendo muito reduzido o número de pais que se mantiveram como associados depois dos filhos deixarem de jogar.

O Recreio deve reocupar o seu lugar histórico nas colectividades, mantendo a matriz cultural, desportiva e social. Não pode é ficar arredado das actividades tradicionais do Movimento Associativo Popular, em nome de conceitos deturpados e de tendências desviantes da sua principal missão na comunidade.

Deixo o convite para reflexão sobre o significado, causas e efeitos do Recreio. Na próxima edição irei pedir a palavra para falar de outro tema associativo.



MARLENE SOFIA SOARES

Responsável pelo Gabinete Polo de Atendimento Centro

“ No âmbito das comemorações do Centenário da Confederação, a Exposição “UM SÉCULO DE PORTUGAL: CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO” terá a sua primeira inauguração na zona centro, na Biblioteca Municipal da Covilhã, no próximo dia 14 de Julho. ”

O PODER DO DEBATE NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Os últimos meses foram marcados com dois importantes debates, dinamizados pelo Gabinete do Polo de Atendimento Centro. Em março, com a realização do debate “Os desafios das Mulheres como presidente de uma associação”, que teve como oradoras a Presidente da Associação de Jogos tradicionais da Guarda, Elsa Fernandes, a Presidente da Sociedade Musical Santanense, Marta Ângelo e a Presidente do Centro Cultural de Malpique, Olga Gonçalves. Este debate foi muito importante para o gabinete, pois permitiu reactivar uma actividade antiga, seja de forma presencial ou online, que possibilita o encontro de dirigentes, a partilha de opiniões e diferentes pontos de vista sobre temas diversos. Verificou-se o importante papel que a mulher sempre desempenhou no Movimento Associativo Popular, fosse no apoio doméstico quando os seus companheiros iam para as colectividades ou quando começaram a participar de forma directa a marcar o seu lugar nos órgãos sociais de uma colectividade e a demonstrar que são tão capazes como qualquer homem para dirigir uma associação. Verificou-se também, a importância de responsabilizar os jovens para cargos mais relevantes e confirmou-se com o testemunho de uma jovem participante, que muitas vezes essa responsabilidade, em vez de amedrontar, atrai ainda mais os jovens para o movimento associativo. A sessão foi marcada por uma forte adesão de participantes, de diferentes faixas etárias e de diferentes locais do país, incluindo a participação de uma rádio, a Alternativa Rádio, que transmitiu em directo para os seus ouvintes do Barreiro.

No passado mês de Junho, realizou-se também, o debate “Associativismo e o Poder Local” com a participação do nosso colega Sérgio Pratas, Presidente do Conselho Jurisdicional e o nosso querido Ex-Presidente da CPCCRD, Augusto Flor. Tal como o primeiro, foi um debate muito participado, contudo, apesar do convite ter sido feito a dezenas de autarquias e até ter havido algumas confirmações, no momento da realização do debate, apenas um autarca esteve presente. Mas é certo que esta ausência de participação do Poder Local, não limitou a sua realização, até pelo contrário, pois o contributo voluntário dos participantes, com perguntas aos nossos oradores ou simplesmente a partilha de opiniões, levou a que a sessão tivesse uma duração superior a duas horas. Muito ficou por falar em torno deste tema, que já vai com a segunda edição e que certamente voltará a ser discutido no futuro.

Até ao final do ano a CP do Gabinete Centro está a programar pelo menos mais dois debates, sendo um deles em torno da comunicação e os meios digitais.

No âmbito das comemorações do Centenário da Confederação, a Exposição “UM SÉCULO DE PORTUGAL: CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO” terá a sua primeira inauguração na zona centro, na Biblioteca Municipal da Covilhã, no próximo dia 14 de Julho e ficará exposta até ao final do mês. Deixamos o apelo para que todas as colectividades da zona centro, que tenham interesse em receber a exposição, façam chegar um pedido por escrito para o e-mail do gabinete centro: gpa.centro@cpccrd.pt.



PROFESSORA SARA FERNANDES

Responsável pelo Gabinete Polo de Atendimento Sul

“ De Serpa, Barrancos, Beja, Odemira, Évora, Alvito, Lagoa, Faro, Portimão e de tantos outros concelhos, têm chegado à CPCCRD convites para as iniciativas das Colectividades. ”

ASSOCIATIVISMO REFORÇA-SE A SUL

Aumentar a ligação com as colectividades, reforçar a participação, dinamizar parcerias, aprofundar o espírito associativo, têm sido estas as directivas no relançamento do trabalho da Confederação, em particular do Gabinete Sul, no pós-pandemia, que se tem mostrado um pouco mais complexo do que à primeira vista pareceu. Abertas as portas das colectividades, a população acorreu, sedenta de festas, arraiais, torneios, marchas, convívio e partilha, é certo, mas uma parte das estruturas está ainda adormecida e a retoma, tão necessária à vida das comunidades onde se inserem, não tem sido uniforme

O mês de Maio assinalou uma viragem positiva e as perspectivas são animadoras nos distritos a sul do Tejo. Para assinalar o Dia das Colectividades e o início das comemorações do Centenário da CPCCRD, realizou-se em Évora a sessão de lançamento da Revista Análise Associativa, desta vez dedicada ao Movimento Associativo Popular (MAP) e Democracia Cultural, que contou com a intervenção de representantes do OBAP-Observatório do Associativismo Popular e do OPA-C-Observatório Português da Actividade Cultural, bem como do convidado José Russo que falou sobre a sua experiência local de dinamização cultural através do MAP. No mesmo dia realizou-se a Sessão Solene com a entrega das distinções e galardões às entidades e colectividades que se destacaram este ano. Destacamos as distinções que ficaram a Sul: Câmara Municipal de Évora, Joaquim Patrício e Sociedade Operária de Instrução e Recreio – SOIR/Joaquim António de Aguiar. A importância deste tipo de iniciativas nacionais descentralizadas é extrema por ser fonte de inspiração e valorização das colectividades locais, por vezes afastadas do MAP nacional, sem ter a devida medida do valor e dimensão deste grande movimento.

Mas foi também em Maio e em Évora que a Sociedade Harmonia Eborense, no âmbito do seu 174º aniversário, organizou um conjunto de iniciativas para as quais a Confederação foi convidada a participar. Aí se debateu o “associativismo como motor de mudança na sociedade e na cidade” enquadrado na campanha de sensibilização Associativismo Activo.



Para aumentar o dinamismo e a participação, passámos a ter no Gabinete Sul, em Beja, dois elementos importantes, à disposição das nossas filiadas: o kit de Jogos Tradicionais e a exposição do Centenário da CPCCRD. As nossas filiadas receberão em breve o convite ao uso destes materiais para que deles se apropriem.

De Serpa, Barrancos, Beja, Odemira, Évora, Alvito, Lagoa, Faro, Portimão e de tantos outros concelhos, têm chegado à CPCCRD convites para as iniciativas das Colectividades e muitos têm sido os esforços da Comissão Permanente do Gabinete Sul, com destaque, pelo seu entusiasmo, da Federação de Beja, para dinamizar e incentivar as Associações dos quatro distritos a retomarem a actividade que tanta falta fez nos tempos de pandemia.

Este ano é um ano especial, é o ano do Centenário! Fica o desafio a todas as colectividades para que celebrem com a Confederação esta efeméride, porque com ela se celebra o valor acumulado e intrínseco do associativismo popular e, desta forma, se engrossa o seu poder reivindicativo perante o Poder Político que tantas vezes faz por ignorar os graves constrangimentos legislativos, administrativos e financeiros com que vivem as Associações.



JOAQUIM ESCOVAL
 Secretário da Direção

“O intercâmbio estabelecido, a participação numa iniciativa desta rede francesa de entidades e associações permitiu trocar conhecimentos sobre as diferentes realidades e necessidades.”

PRESENÇA DA CPCCRD NOS ESTADOS GERAIS DA LUSODESCENDÊNCIA

A quarta edição dos Estados Gerais da Lusodescendência dedicada ao tema “Trabalhando juntos” realizou-se 28 e 29 de Janeiro de 2023 na Maison du Portugal em Paris, França, e contou com uma representação da direcção nacional da CPCCRD, Rogério Almeida e Joaquim Escoval.

Iniciativa promovida pela Cap Magalhães, associação de jovens lusófonos e lusófilos que, assumindo um papel de defesa das realidades e necessidades dos lusodescendentes, pretendeu, entre vários objectivos, contribuir para criar uma rede de promoção do ensino da língua portuguesa, fortalecer a participação cidadã, difundir a cultura por meio de intercâmbios.

Com cerca de uma centena de entidades presentes a iniciativa foi constituída por plenários temáticos: Dinamização da rede; Atelier Associações; Preparação do 50º Aniversário do 25 de Abril de 1974; Viver e Estudar em Portugal; Atelier do ensino em Português em França; O papel das instituições

públicas e das cidades na programação das escolas e associações.

Foi possível dar a conhecer algum do trabalho realizado pela CPCCRD, facultar exemplares da Revista Análise Associativa e do livro “um outro olhar sobre o associativismo” a outras Associações, e particularmente o livro “Associações, Democracia e Utopias Reais” de Sérgio Pratas à Casa de Portugal. Trocaram-se ideias com a CCPF – Coordenação das Colectividades Portuguesas em França, a ULFE – Union Française Luso-Européenne de Dijon – Associação promotora da cultura portuguesa em França, a UEELP – União Europeia dos Escritores de Língua Portuguesa, entre outras entidades.

O intercâmbio estabelecido, a participação numa iniciativa desta rede francesa de entidades e associações permitiu trocar conhecimentos sobre as diferentes realidades e necessidades, ou perceber as respostas diferentes a problemas comuns, e abrir perspectivas cooperação e de trabalho conjunto.



4^e EGL "TRAVAILLER ENSEMBLE"

QUAND ? Samedi 28 et Dimanche 29 Janvier 2023
OÙ ? Maison du Portugal, 17 Bd Jourdan, 75014 Paris

INSCRIVEZ-VOUS POUR PARTICIPER ET FAIRE ENTENDRE VOS VOIX !

20 ANOS DA FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DE SETÚBAL QUE SERVIRAM PARA DISCUTIR O MAP EM SANTIAGO DO CACÉM

Jornada foi organizada pela Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal e Câmara Municipal de Santiago de Cacém, tendo contado com o apoio da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, Sociedade Recreativa Filarmónica União Artística e Casa da Poesia de Setúbal.

O programa decorreu ao longo de todo o dia 28 de Janeiro de 2022 no Auditório Municipal António Chainho. Da parte da manhã realizaram-se dois painéis, o primeiro painel sobre "O Movimento Associativo no concelho de Santiago de Cacém", e o segundo, sobre a "Capacitação de dirigentes associativos". Temas e apresentações que suscitaram a partilha, debate vivo, a reflexão e desafios – para as Associações e para as Autarquias. Intervieram o Presidente da Câmara Municipal de Santiago de Cacém, Álvaro Beijinha, a Vereadora Sónia Gonçalves, a Presidente da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolo-

meu da Serra, Isabel Contente, os dirigentes presentes do Município, o presidente da CPCCRD, João Bernardino, os representantes das suas estruturas, nomeadamente da Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal, da Federação das Coletividades do Distrito de Beja, das Associações de Coletividades dos concelhos de Almada e Seixal, e a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, e ainda do Sr. Rui Gomes, Presidente do Conselho de Administração da Caixa Agrícola Costa Azul.

O debate prosseguiu no período da tarde após a apresentação do livro "Associações, Democracia e Utopias Reais: O Caso das Associações de Cultura, Re-

creio e Desporto", num painel que contou com a participação do autor, Sérgio Pratas, com os comentários de Augusto Flor e a moderação por Maria João Santos. Um livro imperdível para quem quiser conhecer e intervir com e no MAP.

Seguiu-se a evocação ao escritor santiaguense Manuel da Fonseca (1911-1993), antes da sessão que assinalou o vigésimo aniversário da FCDS que, devido à pandemia, não foi assinalada de modo presencial em 2021 e 2022. Coube ao presidente da Direcção da FCDS, Diamantino Estanislau, uma intervenção de balanço e divulgação das actividades realizadas. Proferiram-se palavras de estímulo, reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Reconhecimento que também teve lugar na cerimónia de entrega de galardões associativos, declaradas as justas fundamentações, foram atribuídos no acto público as seguintes distinções: José da Cruz Batista (a título póstumo) – Reconhecimento e Homenagem; Maria da Conceição Pinela – Instrução e Arte; Carlos Pereira Dias – Valor e Exemplo; Jornal "Rostos" – Comunicação Social; José Manuel Coutinho – Valor e Exemplo; João Ludovico – Valor e Exemplo; Sociedade Recreativa Filarmónica União Artística – Mérito Associativo; e Augusto Máximo Flor – Reconhecimento e Homenagem.

Dando por fim à sessão, João Narciso, presidente da Assembleia Geral da FCDS, deu a informação de um segundo momento cultural, com uma apresentação da Banda da Sociedade Recreativa Filarmónica União Artística, dirigida pela maestrina Ana Rita Candeias, que mereceu forte aplauso do público.

20 Anos



28 janeiro
09h30

Jornada
Associativa

Auditório Municipal
António Chainho

15h30:
Sessão comemorativa
20º aniversário da
Federação das Coletividades
do Distrito de Setúbal

2023

JORNADA
DO
MOVIMENTO
ASSOCIATIVO



DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES EM ALMADA

No dia 31 de Março de 2023, Dia Nacional das Colectividades foi comemorado numa iniciativa promovida pela Associação das Colectividades do Concelho de Almada. As Associações reunidas no Jardim do Complexo Municipal dos Desportos "Cidade de Almada", assistiram a uma

actuação entusiástica do Grupo Porbatuka. Empunhadas as bandeiras das Associações foi evocada batalha pelo reconhecimento do MAP como força social.

Força, também evocada também pelo local com uma instalação escultórica absolutamente extraordinária que mereceria por si só uma visita de ro-

teiro. Mandada erguer há cerca de 25 anos pela Câmara Municipal de Almada, e da autoria da Escultora Virgínia Fróis, ela simboliza a vitalidade do Movimento Associativo Popular, nacional e almadense. Junto à instalação está o Pavilhão Municipal onde há 30 anos, em outubro de 1993, se realizou o 1º Congresso Democrático pós-25 de Abril a nível nacional do nosso MAP. E foi em homenagem a esse acontecimento que esse conjunto escultórico foi mandado construir.

"O MAP hoje não é o mesmo, mas os seus princípios e os seus valores continuam a ser os mesmos: a justiça social, solidariedade e a cooperação entre as pessoas. Por isso o MAP é sinónimo de transformação social, de democracia, de liberdade e de paz."



PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO 140º ANIVERSÁRIO DA VOZ DO OPERÁRIO

O Presidente da República condecorou, como Comendador da Ordem do Mérito, um dos mais antigos e activos membros da coletividade, Vítor Agostinho

O Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, esteve presente na Sessão Solene, dia 25 de Fevereiro de 2023, que assinalou o 140º aniversário da Sociedade de Instrução e Beneficência "A Voz do Operário", onde sublinhou o importante papel do Movimento Associativo no desenvolvimento social do país.

Por ocasião deste aniversário, o Presidente da República condecorou, como Comendador da Ordem do Mérito, um dos mais antigos e activos membros da coletividade, Vítor Agostinho.

Direcção da CPCCRD associa-se a este reconhecimento, inteiramente justificado e merecido. Para além de toda e entrega à sua coletividade, Vítor Agostinho, foi igualmente membro dos Órgãos Sociais da CPCCRD, onde esteve sempre presente onde foi necessário estar, com um contributo fundamental nos mais recentes desafios do Movimento Associativo nacional para o seu progresso e desenvolvimento.

Agradecemos a atenção e o gesto público do Sr. Presidente da República para as causas do Movimento Associativo e para os seus construtores.



VIDA – CLUBE UNIÃO DE MOITA DO NORTE

Neste agradável espaço dinâmico, privilegiado para socializar e promotor de afetos, temos pessoas a trabalhar com satisfação, na valorização do que já foi feito pelos nossos antecessores



FRANCISCO FERREIRA
Presidente da Direção

ONTEM

A Vida desta Associação resultou da fusão, em 1/12/1929 (há quem diga que foi antes), das Colectividades Sociedade Recreativa Moitense e Operário Futebol Clube, ambas ao tempo instaladas na rua dos Sabugueiros, hoje rua Manuel Barral Dias e que durante a Sua existência desempenharam com êxito, os fins para que foram criadas.

Após cerca de cinco (5) anos de excelente trabalho integrou-se na Casa do Povo, na altura fundada, onde permaneceu com as mesmas atividades até meados do ano de mil novecentos e quarenta e três (1943).

Renasceu em um (1) de janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), recebida com muito entusiasmo, acontecimento que resultou em certa soleinidade.

Na reorganização entra com força, do que adveio excelentes resultados, nos seguintes campos:



- Escola para adulto e preparação para exames de admissão, regentes escolares e formação de indivíduos para atividades profissionais, para indivíduos de ambos os sexos e de várias localidades da região.
- Desenvolvimento do Folclore e Teatro com representação do Clube e do Concelho em vários festivais.
- Criou-se o primeiro (1.º) Rancho Folclórico Infantil do Ribatejo, bastante apreciado e aplaudido nos vários lugares onde foi chamado a representar.
- Construiu-se com suor e lágrimas dos seus Associados e outros Amigos, durante 10 anos (Outubro de 1959 à inauguração a 27 Dezembro 1969), a sua SEDE própria, onde esteve instalada a Junta de Freguesia, a título provisório.

- Realizou-se grandiosos bailes, excursões e outros convívios entre a população, até há bem pouco tempo.

HOJE

Neste agradável espaço dinâmico, privilegiado para socializar e promotor de afetos, temos pessoas a trabalhar com satisfação, na valorização do que já foi feito pelos nossos antecessores e na mudança/atualização de novas atividades que tragam vantagens para a nossa Comunidade tais, como o Fado, Festival de Sopas, Arraias, Feira das Artes, Natal da Criança, Teatro, Grupo de Cantares tradicionais, aulas de bordados, de dança, de Yoga a crianças, de Krav Maga, de música e no Desporto com Atletismo e Futsal em formação e em competição.

AMANHÃ

Existem algumas dúvidas, quanto aos próximos anos de vida da Coletividade, a falta de dirigentes marcará se nada for feito. Um passo importante é a Confederação estar a proporcionar capacitação aos atuais dirigentes pois, quem participa obtém conhecimentos para uma gestão mais correta e completa. Um outro passo terá que ser os jovens incorporarem as gerências das associações. Devemos trabalhar Todos (Dirigentes, Autarquia e Escolas) para a continuação de vida nas Coletividades, que desenvolvem o bem Social.

O SANTANTONIENSE ESTEVE DE PARABÉNS

■ No dia 8 de janeiro de 2023 o Santatoniense Futebol Clube realizou a sessão solene comemorativa dos seu 82º Aniversário.

A CPCCRD teve a honra de ser convidada para esta sessão solene tendo-se feito representar pelo seu secretário da Direção, Joaquim Escoval.

Houve ocasião para saudar esta Associação do concelho do Barreiro, de agradecer o convite que endereçaram à CPCCRD e de elogiar o bom trabalho da sua jovem Direção e deixar votos dos maiores êxitos no trabalho associativo.



ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA "O RELÂMPAGO"

A gritante necessidade de uma sede, um lugar fixo, de referência, continua ser a nossa maior dificuldade neste momento; levamos literalmente a nossa casa às costas!



EUPRIMO

Presidente da Direção

2 anos (ou seja, 24 meses, ou se quiserem 730 dias) já passaram daquele 1º de maio de 2021 quando o sonho, a paixão, a carolice de um coletivo de pessoas decidiu fundar a Associação Desportiva e Recreativa "o Relâmpago", dois anos que passaram rápidos, como um trovão e que aumenta dia após dia em "sonhadores" e protagonistas de uma mudança de paradigma no panorama desportivo lisboeta, e porquê não, nacional.

Pelo Desporto Popular continua ser o nosso lema, o nosso farol, e o último ano foi a confirmação de todos os valores nos quais acreditamos: desporto para todos, reapropriação das ruas e dos bairros, a valorização da história associativa e sobretudo o desporto como arma de intervenção cívica e política. O Aumento e o reforço das várias modalidades (para além do óbvio jogo da bola) que aqui queremos homenagear (Xadrez, boxe, atletismo, ciclismo, futebol de caricas e work in progress o vôlei), mostrou a enorme dinâmica que o clube neste momento tem. Pensem na Rampa do Vale de Santo António, na caminhada Antifascista e antirracista, nos



torneios de futsal onde estamos inscritos, no número sempre maior de gente a boxear nas arcadas do Palácio de Justiça, as dezenas e dezenas corridas dos nossos corredores, xadrez na Voz do Operário, o arranque do vôlei.

A gritante necessidade de uma sede, um lugar fixo, de referência, continua ser a nossa maior dificuldade neste momento; levamos literalmente a nossa casa às costas! Mas este handicap foi transformado em uma oportunidade para entrelaçar relações ainda mais fortes com outras agremiações e coletivos para "ocupar" as ruas, ao ar livre, onde realizamos a maioria das nossas atividades.

Não querendo delongar-me muito, sinto a necessidade de deixar umas palavras para os nossos sócios, as nossas

socias, simpatizantes; o 2022 foi um ano tremendamente importante para a construção de uma pertença ao nosso clube: o envolvimento de um número sempre maior na organização das atividades, o simples merchandising e nós temos muito (2 equipamentos, 6 t-shirt, 2 cachecóis, 2 totebags, panamás, sweats, pins, porta-chaves artesanais, autocolantes), torna mais visível a onda grená-azul celeste, o nosso acrónimo (ADRR) pela cidade toda, pelo Portugal, pelo mundo!

Emociona-nos ir no metro, na rua, a um concerto, a uma manif e encontrar as nossas cores, cruzar olhares e mandar-se palavras de saudação por uma paixão comum, um projeto coletivo que é e será baluarte e estandarte do desporto popular! Viva o Relâmpago! Viva!!!

MOVE ASSOCIATIVISMO

Abrilhamaram esta Gala breves apontamentos teatrais, musicais e de dança, todos eles com actuações que mereceram os sinceros e efusivos aplausos de quem preenchia por completo o salão do Delgadense.



JOAQUIM ESCOVAL
Secretário da Direção

Depois de terem sido os primeiros a promover uma escola do associativismo, o Bombarral voltou a marcar a cadência do Movimento Associativo ao realizar no passado dia de 14 de janeiro de 2023 a Gala Move Associativismo.

Sob a batuta da conselheira nacional da CPCCRD Conceição Brazão e o dinamismo de uma direção bem jovem dirigida pelo Filipe, a MOVE Associativismo foi uma iniciativa que juntou muitas das Colectividades do concelho e galardoou os mais ilustres dos seus dirigentes associativos nas áreas desportiva, cultural e social.

Abrilhamaram esta Gala breves apon-



tamentos teatrais, musicais e de dança, todos eles com actuações que mereceram os sinceros e efusivos aplausos de quem preenchia por completo o salão do Delgadense.

A CPCCRD teve a honra de ser convidada e foi com muito agrado que se fez representar pelo seu secretário da Direção Nacional Joaquim Escoval, que teve ocasião de salientar na sua intervenção a fusão de várias camadas etárias, de géneros e de estilos que a se viveu na Delgada e a satisfação de quem

foi galardoado e a de quem aos galardoou.

De salientar igualmente o bom espírito de cooperação que foi conseguido para que esta iniciativa se pudesse realizar, quer as Associações entre si, quer com várias empresas e instituições, quer com a autarquia que se fez representar por dois dos seus vereadores também eles visivelmente satisfeitos com o nível de organização e pela participação da iniciativa. Um exemplo a seguir, certamente, este do Bombarral.

54º ANIVERSÁRIO DA UDC VILA CHÃ



JOAQUIM ESCOVAL
Secretário da Direção

■ No dia 15 de janeiro de 2023 a União Desportiva da Vila Chã realizou a sua sessão solene comemorativa do seu 54º Aniversário.

Esta sessão solene foi precedida por um jogo de futsal entre as equipas do Peral e da UDC Vila Chã que dá agora os primeiros passos nesta modalidade desportiva. Um dos já tradicionais almoços desta associação foi também servido a dezenas de sócios, amigos e convidados que se associaram a esta comemoração.

A CPCCRD esteve representada pelo seu secretário da direção Joaquim Escoval que na sua intervenção saudou o dinamismo da Associação, bem como, a incorporação da prática de novas modalidades no seu Plano de Actividades.



Houve tempo para escutar alguns fados excelentemente interpretados por uma fadista já amiga da colectividade. À UDC Vila Chã, a CPCCRD deseja votos de continuação de um bom trabalho associativo.

DIA DA CRIANÇA NA UNIÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE CAGIDO

Uma única palavra para descrever este evento: **SUCESSO!!!**



CAMILA FIGUEIREDO

Comunicação da UCDC

No passado domingo, a UCDCagido realizou antecipadamente em parceria com as Juntas de Freguesia de Óvoa e Vimieiro, Pinheiro de Ázere e São João de Areias, o Dia da Criança.

Nesta data especial, crianças de todas as idades são homenageadas com atividades lúdicas para as suas idades. A UCDCagido quis pela primeira vez apostar nesta atividade, que recebeu uma enchente de visitantes na maioria do nosso concelho e muitos outros de concelhos vizinhos, sendo que alguns forasteiros desistiram de participar no evento dada a falta de estacionamento quer na área da associação, quer nas ruas de Cagido.

Estando o evento desenhado para ser desenvolvido no espaço exterior e interior da associação, dadas as condições atmosféricas desfavoráveis que se faziam sentir, a organização teve de redesenhar toda a logística, por forma a conseguir albergar no interior, tudo o que estava previsto para ambos os espaços. Ora, esta alteração dificultou de alguma forma os acessos aos locais de apoio e atividades tais como, pipocas, crepes, pinturas faciais, balões de modelação e bar, tendo gerado algumas filas, mas que foi compreensível pela maioria dos participantes uma vez que não existia mais área para o apoio.

A festa contou com 7 insufláveis de diversas dimensões, karts, jogos tradicionais, pinturas faciais, uma aula de zumba para os mais novos e para os pais lecionada pelo professor Tiago Gomes e por fim um karaoke, também este com a participação dos pais e dos mais novos.

Um agradecimento aos que se jun-



taram para tornar este evento uma verdadeira festa, Câmara Municipal de Santa Comba Dão, IPDJ, PlanC Thecnologes, Bricomarché Viseu/Tondela, Beiratipo, Tesouro Urbano, Agrupamento de escolas de Santa Comba Dão, Jardins de infância da Santa Casa da Misericórdia de Santa Comba Dão, do Centro de dia de Pinheiro de Ázere, do Centro de dia do Vimieiro, Jovens da Geração S, professor Tiago Gomes e aos Bombeiros Voluntários de Tábua que

disponibilizaram dois elementos (Catarina e Tiago) com uma mala de primeiros socorros para apoio diferenciado no evento.

Um obrigado especial a todos os voluntários que contribuíram para que esta atividade se tornasse num grande sucesso, tendo superado as melhores expectativas da organização, ficando desde já o desafio a novos parceiros que se queiram juntar à causa da felicidade das nossas crianças em futuras edições.



PROFESSORA LAURINDA FIGUEIRAS
Vogal da Direção

Ao fim da manhã do dia 26 de Março, véspera do Dia do Dador de Sangue, na Praça Linha do Vale do Lima, na Meadela, foi inaugurado um monumento ao Dador de Sangue.

Perante um número considerável de presenças convidadas, procedeu-se à cerimónia com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, do Presidente da União de Freguesias de Viana, do Presidente da Associação de Dadores de Sangue da Meadela e do representante do Ministério da Saúde e do Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Joel Arezes, autor do monumento, descreveu como idealizou a obra baseando-se na figura do corpo humano a que não falta a gota de sangue, símbolo do Dador de Sangue.

No uso da palavra, o Presidente da Associação António Mesquita salientou a importância desta iniciativa que "não é mais do que um profundo reconhecimento de todos nós, a este exercício de pessoas que, ao longo dos anos com a sua dádiva, dão sangue à vida."

DIA DA CRIANÇA NA UNIÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE CAGIDO

Joel Arezes, autor do monumento, descreveu como idealizou a obra baseando-se na figura do corpo humano a que não falta a gota de sangue, símbolo do Dador de Sangue.

QUOTIZAÇÃO

Direitos e deveres estatutários QUOTA 2023 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes. Direitos e deveres estatutários QUOTA 2023 A PAGAMENTO



Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal
ou transferência bancária via Montepio Geral:

IBAN- PT50 0036 0185 9910 0001 0637 9

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do n.º da mesma para o email geral@cpccrd.pt.



VLADIMIRO MATOS

Conselheiro Nacional da CPCCRD

“ Antes do 25 de Abril, às mulheres era-lhes vedada, inclusive a partir da família, a participação desportiva nas diversas modalidades, o que hoje, além de possível, é lhes atribuído excelentes resultados. ”

AS MULHERES E O ASSOCIATIVISMO POPULAR

A minha ligação ao movimento associativo já vem de longe, pelo que me considero com uma vasta experiência em trabalhar para a comunidade, para os que mais precisam e para os meus pares.

Quer nas Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto da minha terra, como atleta, seccionista e dirigente; quer no associativismo empresarial, onde a minha vocação de dirigente e comunicador se fez sentir a liderar pessoas, com objetivos e fins idênticos.

Em todas estas atividades trabalhei com mulheres, mesmo no tempo em que a sociedade tinha o preconceito de trabalhar com mulheres, ou socialmente era vedada a participação destas, a não ser como domésticas ou auxiliares dos maridos.

PENSAMENTOS

A historiadora Joana Dias Pereira, em 2020, deixa-nos *O Associativismo Livre – Uma História de Fraternidade e Progresso (1834-1928)*, onde em duas passagens foca o papel das mulheres no associativismo popular. A primeira, citando Costa Goodolphim, (Pag. 163) que trata do Feminismo Popular; A segunda, aborda o Direito das Mulheres que surge na sequência do Congresso do movimento associativo de 1882.

Maria Clementina Morgado Henriques, ex-dirigente e atualmente Conselheira Nacional da CPCCRD, define assim o papel da Mulher no Associativismo, citando: *A entrada da mulher no MAP (Movimento Associativo Popular), vem introduzir novas reflexões, sobre as respostas associativas, diversificar e permitir a valorização e permitir a melhoria de de-*

sempenho da mulher, no dia a dia, no emprego, na família, na sociedade, e libertar o homem para uso fruto de outras dimensões. Mais adiante, MCMH aprofunda a sua análise, citando: A mulher no Associativismo contribui para a mudança social constitutiva de cenários diversos, facilitadores de bem-estar e felicidade, não apenas no Associativismo, mas na sociedade em geral, fim de citação.

COM O 25 DE ABRIL

Mudou completamente este paradigma, o associativismo livre passou a ser uma realidade para homens e mulheres, sem qualquer distinção de sexo. Começa a surgir um sem número de atividades de Cultura, Recreio e Desporto, sem constrangimentos de participação das mulheres na vida ativa das coletividades.

Antes do 25 de Abril, às mulheres era-lhes vedada, inclusive a partir da família, a participação desportiva nas diversas modalidades, o que hoje, além de possível, é lhes atribuído excelentes resultados, a título de exemplo: futebol, futsal, basquetebol, hóquei patins, andebol, voleibol, etc.

As próprias marchas populares de Stº António, são um exemplo muito dignificante da participação das mulheres, ao lado dos homens, na representação das colectividade dos seus bairros. Esta participação é expressiva ainda enquanto jovens, oriundas destas coletividades.

Com uma singeleza contagiante, assim define uma amiga – **As MULHERES são fantásticas, são umas lutadoras sem fim, e estão em todas as frentes!** Mas que maravilha de conceito!

PROBLEMAS COM SOLUÇÕES

A Confederação responde!

1

Queremos pagar as licenças da SPA e Passmúsica. Existe forma de termos desconto?

2

Inscrições e seguros desportivos caros.

3

Precisamos de fazer obras. Como fazer e onde procurar apoio?

4

Não sabemos se temos todas as licenças para abrir a sede e o bar. Como fazer?

5

Não conhecemos a lei ou temos dificuldades na sua interpretação.

6

Os equipamentos desportivos são caros.

7

Instrumentos culturais caros.

8

Pagamos muito de IML.

9

Queremos realizar um evento cultural e provas desportivas e não sabemos como proceder.



CPCCRD

11

Queremos melhorar a divulgação das nossas actividades.

12

A formação desportiva é cara.

10

Realizamos actividades culturais ou desportivas. Podemos ter participação das autarquias?

14

Fazer uma peça de teatro amador é dispendioso.

15

Os equipamentos desportivos são caros.

13

Para fazer uma prova é necessária a presença das Forças de Segurança. Mas é muito caro.

17

O preço dos transportes e combustíveis estão muito caros.

18

Como fazer as actas das reuniões?

16

Quais as nossas obrigações fiscais?

19

Qual o calendário para o Relatório de Actividades e contas ser aprovado?

CONTACTE-NOS!

PRÉMIO COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE – ANTÓNIO SÉRGIO 2022

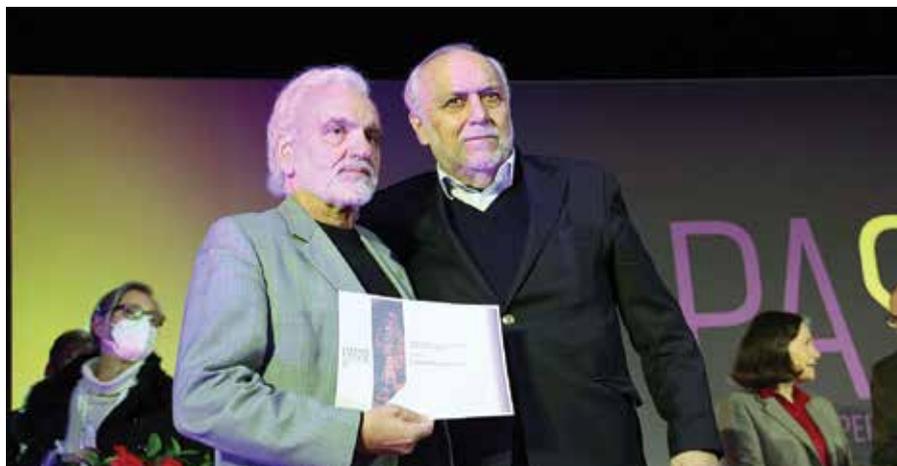
A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) reconhece Augusto Máximo Flor.

O Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, criado em 2012, destina-se a homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a Economia Social, contando com seis categorias e um Prémio de Honra.

Nomeado pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Augusto Flor foi distinguido, numa cerimónia que decorreu dia 4 de fevereiro no Salão d'A Voz do Operário, com um prémio, não pecuniário, na categoria Prémio Honra à Carreira.

O Prémio "visa distinguir pessoas singulares pela sua dedicação, ação e estudo na área da Economia Social, designadamente, pela sua carreira na gestão de entidades e/ou estudo do setor; promoção de ações inovadoras e sustentáveis; criação ou reforço de dinâmicas interinstitucionais; divulgação e contribuição para a relevância pública do tema; capacidade de mobilização social e melhoria das relações do setor com o Estado." A sub-categoria de Honra à Carreira destina-se a uma "personalidade pela sua carreira na gestão de entidades da Economia Social, no apoio e dinamização do setor, ou no ensino, promoção ou investigação no campo da Economia Social, contribuindo significativamente para o seu reconhecimento e desenvolvimento".

Notas biográficas de Augusto Flor: Antropólogo e Investigador. Orientador de Estágios (1º Ciclo) e Membro de Júri (convidado) na Faculdade de Letras em Comunicação e Cultura; Desenvolvimento Comunitário no ISPA; Docente (convidado) em Pós-Graduação em Economia Social no ISCSP e Lusófona. Autor de vários livros e centenas de textos publicados em jornais, revistas e edições em coautoria. Foi ainda associativista e praticante desde 1966 (Teatro, Música,



Boxe e Râguebi); dirigente Associativo desde 1970, tendo sido cofundador de várias associações e clubes; dirigente da CPCCRD desde 2002 e Presidente da Direção desde 2007; comissário Nacional para o Ano Europeu do Voluntariado (2011); Embaixador para a Ética no Desporto (desde 2013); membro do CES – Conselho Económico e Social; membro do CNES – Conselho Nacional para a Economia Social e membro do CND – Conselho Nacional do Desporto.

Na comunicação da Voz do Operário sobre o evento, citamos, Augusto Flor "assumiu o compromisso de tudo fazer para que continue a ser reforçada luta por um modelo social em que o modo de produção seja mais social e a distribuição da riqueza produzida seja mais equilibrada (...) tal sociedade, não como de uma utopia, de um não-lugar, mas de um percurso que se vai construindo, de

forma convergente, assumindo compromissos muito concretos. E não deixou de apresentar um caderno de encargos para os que o que ficam, como, por exemplo, obrigar os governos a cumprir "com a Lei de Bases da Economia Social, a aprovar o Estatuto Fiscal da Economia Social" e comprometer os deputados da Assembleia da República com a importante aprovação "das alterações legislativas proposta pela Confederação Portuguesa das Coletividades".

Augusto Flor defendeu que este reconhecimento vai muito para além dele próprio entregando, por isso, o Prémio à Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Coletividades. A este propósito consideramos, e a sua vida o prova, que Augusto Flor é um genuíno catalisador de Associativismo e Cooperação, fazendo do modelo social que defende mais provável.

PROTOSCOLOS COM AS CÂMARAS MUNICIPAIS

Nem sempre as Câmaras Municipais têm possibilidade e capacidade de acompanhar o seu Movimento Associativo Popular na complexidade dos seus assuntos, nem a CPCCRD consegue a proximidade por todo o país.

A prática associativa reconhecida como uma actividade nobre, feita por dirigentes voluntários, benévolos, eleitos e activistas, é demonstrada todos os dias pela sua consequência no desenvolvimento social, cultural, desportivo e recreativo na vida local, e pelo seu grau de implantação, na vida nacional – “Portugal precisa das Colectividades”.

Para a concretização das actividades, no cumprimento dos seus fins, as associações contam com um elevado grau de autonomia. Autonomia que pode e deve ser potenciada com os seus parceiros sociais. O bem comum é a pedra de toque na relação com o poder local autárquico que, com um conjunto de competências legais, mais facilmente executa o seu mandato.

A CPCCRD cumprindo a sua missão para o reconhecimento e a valorização do Movimento Associativo Popular tem promovido, ao longo dos anos, o levantamento de necessidades junto das suas estruturas e filiadas para clarificar os seus desafios e as respostas necessárias. Assim, confrontam-se com factores internos e externos para o seu desenvolvimento, gerais e regulares. A CPCCRD é na prática um instrumento para os Dirigentes melhorarem o desempenho da sua actividade associa-



tiva que resulta ao longo dos anos, na acumulação e síntese de um saber e saber-fazer Associativo ao dispor das sua filiadas. Reúne temas jurídicos e temas fiscais e da vida associativa, temas aparentemente simples sobre a constitui-

ção de listas e a sua condução na vida democrática, temas sobre a concretização das actividades, entre muitos outros, cujo tempo deu sentido e pertinência ao ideal associativo.

Nem sempre as Câmaras Municipais têm possibilidade e capacidade de acompanhar o seu Movimento Associativo Popular na complexidade dos seus assuntos, nem a CPCCRD consegue a proximidade por todo o país.

Foi com o objectivo de ultrapassar este contrangimento que há alguns anos para cá a CPCCRD tem celebrado protocolos com as Câmaras Municipais. Seja para facultar informação sobre os diversos temas, seja para identificar em discussões as vantagens mútuas. Por um lado, as Associações robustecem o seu saber, por outro, a população tem o benefício da actividade Associativa numa parceria com a Autarquia.

Neste sentido, a CPCCRD saúda as Câmaras Municipais que celebraram esta parceria, que comprovadamente trouxe benefícios para os desafios específicos do Movimento Associativo Popular, e manifesta a sua disponibilidade para alargar esta frente de trabalho para celebrar novos Protocolos com mais Câmaras Municipais. Iremos nos próximos tempos desenvolver este contacto.

FÉRIAS? JÁ?

■ Aproxima-se a passos largos o tão desejado merecido período de férias anuais.

A Confederação decidiu que este período no que diz respeito aos serviços prestados pela Confederação decorra entre 21 de agosto de 2023 a 01 de setembro de 2023.

A todos os que também vão gozar as suas férias desejamos que as mesmas decorram da forma que sonharam e que com as vossas famílias e amigos gozem de um salutar e retemperador período de férias.

Um bom descanso é preciso pois esperam-nos tempos de muito trabalho pela frente.

Boas férias a todos são os votos da Confederação.

LEGISLAÇÃO PÓS 25 DE ABRIL



ARTUR MARTINS

Assessor da Direção

O 25 de abril de 1974 trouxe-nos de volta a liberdade e a democracia. Com essa rotura sociopolítica sentiu-se a necessidade de alterar profundamente o ordenamento jurídico em Portugal.

Desde logo a discussão, votação e promulgação de uma nova constituição – a **Constituição da República Portuguesa (CRP)**, promulgada a 2 abril 1976, que, entretanto, contou com sete alterações.

Os constituintes tiveram como pressupostos a doutrina emanada de três documentos que têm como traço comum a consagração das liberdades: 1) Declaração Universal dos Direitos Humanos; 2) Convenção Europeia dos Direitos do Homem e 3) Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas.

Da lei fundamental sublinhamos os seguintes preceitos:

a) Artigo 46.º – Liberdade de associação: 1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal; 2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas (...); 3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela;

b) Capítulo II - Direitos e deveres sociais

Artigo 64.º – Saúde: 2. O direito à proteção da saúde é realizado: b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.

Artigo 70.º - **Juventude** - 3. O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as colectividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objetivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

c) Capítulo III - Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º - **Educação, cultura e ciência**: 3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.

Artigo 78.º: Fruição e criação cultural: c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;

Artigo 79.º - **Cultura física e desporto**: 2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

d) Parte II - Organização Económica - Título I - Princípios Gerais

Artigo 80.º - Princípios fundamentais: (...) b) Coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção; (...) f) Proteção do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção, a designada "discriminação positiva".

Breve Comentário - O espírito e letra da CRP proclama Portugal como um Estado de direito democrático, através da realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa o que poderemos designar por Estado Social. Em relação ao seu articulado socorremo-nos de Santos (2014) que destaca dois princípios: autonomia e "parceria", o primeiro plasmado no artigo 46.º e o segundo que objetivamente é doutrina inserta nos artigos 70.º, 73.º e 79.º que referem "colaboração" e "colectividades de cultura e recreio" e "associações e colectividades de desporto" e de forma implícita nos artigos 64.º e 78.º.

Outro instrumento de suma importância: **Código Civil – DL 47344/66, 25** novembro que sofreu profundas alterações pós 25 de abril.

Importa sublinhar a parte que se refere às pessoas coletivas:

Capítulo II - Pessoas coletivas

Secção I - Disposições gerais - Artigos 157.º - 166.º

Secção II – Associações – Artigos 167.º - 184.º

Este diploma regula o funcionamento das pessoas coletivas e, em particular, das associações.

Estão em vigor duas Leis de Bases, com importância para o mundo associativo:

Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) - Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro;

Lei de Bases da Economia Social (LBES) - Lei n.º 30/2013 de 8 de maio de 2013.

No primeiro caso foram aprovados vários dispositivos legais que a regulamenta. Importa referir o Decreto-Lei 266-A/2012, de 31 de dezembro que define as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Desporto, indicando o presidente da CPCCRD como membro da sua Comissão Permanente (alínea i) do artigo 6.º).

A LBES reforça a ideia constitucional e postula "Desenvolvimento legislativo: 1 - No prazo de 180 dias a contar da entrada em vigor da presente lei são aprovados os diplomas legislativos que concretizam a reforma do sector da economia social, à luz do disposto na presente lei e, em especial, dos princípios estabelecidos no artigo 5.º; 2 - A reforma legislativa a que se refere o número anterior envolve, nomeadamente: a) A revisão dos regimes jurídicos aplicáveis às entidades referidas no artigo 4.º; b) A revisão do Estatuto do Mecenato e do Estatuto de Utilidade Pública." (artigo 13.º).

NOTA: Para o caso das "As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local" (alínea f) do artigo 4.º) não se verificou iniciativa legislativa substancial...

Depois de várias tentativas no sentido de sensibilizar os poderes instituídos, leia-se Poder Central, com especial referência a 31 de maio de 2017, comemorações do Dia Nacional das Coletividades, realizadas no Auditório Almeida Santos (AR), presididas pelo Presidente da República, Eduardo Ferro Rodrigues, a quem foram entregues o Relatório sobre a Legislação Associativa e o Estatuto Fiscal da Economia Social.

A FPCCR/CPCCRD ao longo os anos tem estabelecidos os mais variados contatos (grupos parlamentares, comissões parlamentares, ministérios, órgãos de consulta do Governo em que tem assento: Conselho Económico e Social, Conselho Nacional da Economia Social e Conselho Nacional do Desporto), apresentando propostas para as situações prementes, tendo sempre por base os preceitos constitucionais que

importa preservar e aprofundar através de leis e/ou decretos-lei que adequem a legislação ao imprescindível papel social do nosso Movimento Associativo.

Fruto desse exaustivo trabalho de que se destaca a discussão no plenário da AR de duas petições, com milhares de assinaturas, uma em 30 de maio de 2003 e outra em 19 de dezembro de 2006, conseguiu-se alguma legislação que veio melhorar a vida das associações:

- Apoio ao associativismo cultural, às bandas de música e filarmónicas: 1) Lei n.º 123/99, de 20 de agosto; 2) Decreto-Lei n.º 128/2001, de 17 de abril;
- Lei n.º 34/2003 de 22 de agosto - Reconhecimento e valorização do movimento associativo popular;
- Lei n.º 20/2004 de 5 de junho - Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário;
- Lei n.º 16/2010 de 30 de julho de 2010 - Exceciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do regime geral de licenciamento.
- Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública - Lei n.º 36/2021, de 14 de junho que revoga DL n.º 460/77, de 7 novembro.

Muitas outras fórmulas legais interferem com o dia-a-dia das nossas coletividades, clubes e outras associações, seria fastidioso enumerá-las...

Por último e dada a sua suma importância no relacionamento entre poder político (local) e poder associativo: Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, as Autarquias Locais têm atribuições, nomeadamente, nos domínios dos tempos livres e desporto, da saúde, da ação social e promoção do desenvolvimento.

Em conclusão podemos afirmar que, embora os esforços efetuados, ainda está por cumprir o que se encontra plasmado na Constituição da República Portuguesa, pelo que se torna imperativo continuar a lutar. Juntos, mesmo todos juntos, vamos conseguir uma legislação adequada à importância social, económica, cultural e política do nosso imprescindível Movimento Associativo, aliás reconhecida pelos grupos parlamentares, em vários momentos, aquando da discussão de projetos de lei sobre matérias associativas, recomendando-se a leitura dos diários das sessões do plenário da AR: 1) 30 de janeiro de 1997; 2) 30 de maio de 2003; 3) 19 de março de 2010.

PROTOCOLO ENTRE A CPCCRD E A AUDIOGEST (PASSMUSICA) – ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS



DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

– A CPCCRD tem cerca de 38 estruturas descentralizadas por todo o país (Federações Distritais e Concelhias e Colectividades ELO) e mais 4.300 filiadas, sendo que tem como missão o reconhecimento e a valorização do Movimento Associativo Popular, nomeadamente através da apresentação e discussão de propostas, diplomas legais adequados e justos para as colectividades de cultura, recreio e desporto;

– A actividade desenvolvida pela AUDIOGEST, é levada a cabo através de um Serviço de Licenciamento, conforme o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC) e na Lei nº 26/2015, de 14 de abril (LEGC), e a remuneração paga como contrapartida de tal licença constitui a remuneração conjunta de direitos conexos de produtores fonográficos/videográficos e dos artistas, intérpretes e executantes, sendo que, a parcela relativa a estes últimos, é entregue pela AUDIOGEST à GDA, para que esta proceda à respectiva distribuição. a GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes e Executantes, C.R.L.;

– O que pressupõe que a CPCCRD reconhece a importância de serem pagos "direitos conexos" aos artistas, intérpretes ou executantes e aos produtores através da AUDIOGEST, sempre que são utilizadas gravações musicais, bem como, que para a prossecução das suas actividades são ne-

cessárias medidas para a sustentibilidade das próprias Associações;

– Pressupõe por outro lado, que a AUDIOGEST reconhece o carácter social das actividades desenvolvidas pela CPCCRD e respectivos confederados, pelo que o presente Protocolo faculta um benefício exclusivo aos confederados da CPCCRD de redução das tarifas aplicadas a música ambiente.

SOBRE AS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, DIVULGAMOS:

– Será aplicada uma redução de 50% na tarifa aplicável sobre a tarifa geral para utilização de música ambiente; e uma redução de 30% na tarifa aplicada para utilização de música essencial.

– Sempre que a utilização de música essencial seja efectuada em actividades exclusivamente dedicadas a crianças até aos 12 anos, ou a pessoas com mais de 65 anos, a entrada no evento não seja paga e os fins da actividade sejam exclusivamente culturais, recreativos, desportivos ou sociais, será aplicada uma redução de 50% sobre a tarifa líquida.

– O presente Protocolo é aplicável às entidades associadas da CPCCRD com número igual ou inferior a 5000 associados ou sócios e não será aplicável a espaços ou eventos promovidos em parceria com outras entidades comerciais.

Para mais informações, contacte-nos. Bom trabalho



EXPOSIÇÃO

**“UM SÉCULO DE PORTUGAL:
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO
E DESPORTO”**

